

EIXO CAPITAL



ALEXANDRE DE PAULA / alexandresouza.df@dabr.com.br

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Relator

O deputado federal Israel Batista (PV-DF) assumiu a relatoria da subcomissão de Retorno seguro às aulas da Comissão de Educação. Israel tem postura mais cautelosa em relação ao tema. “Mais importante do que simplesmente abrir as escolas, é preciso estabelecer uma estratégia de retorno seguro às aulas e dentro dos protocolos sanitários”, afirma o parlamentar. Segundo ele, o Censo Escolar do ano passado revela despreparo estrutural da rede pública. “Temos 4,3 mil escolas públicas sem banheiro e 35,8 mil sem coleta de esgoto. Como garantir condições mínimas de saúde com essa infraestrutura?”, questiona.

Ed Alves/CB/D.A Press



Desgaste

A desocupação da invasão nas proximidades do CCBB pelo GDF continua provocando desgaste político para o Executivo local. Ontem, uma manifestação contra as ações no local foi promovida em frente ao Palácio do Buriti. O GDF garante que ofereceu alternativas para as famílias, mas líderes do movimento reclamam e afirmam que houve excessos. O assunto deve continuar rendendo.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Instabilidade e insegurança

A interminável batalha judicial para definir se as atividades não essenciais no Distrito Federal podem permanecer abertas ou não traz um cenário de instabilidade e insegurança para o setor produtivo. Por um lado, na visão de empresários e entidades representativas, o fechamento pode ser fatal para inúmeros negócios. A constante indefinição, segundo eles, também prejudica. Por outro lado, pesquisadores da área de Saúde da Universidade de Brasília (UnB) recomendam restrições severas por causa do agravamento da crise na saúde local. Auxílios para empresários e trabalhadores durante fechamento poderiam ser uma saída, na avaliação de especialistas.

Tempo

Ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu 15 dias para que o GDF se posicione em relação ao recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra a decisão que liberou o funcionamento do comércio. Segundo fontes do Palácio do Buriti, o governo usará o prazo até o fim. A ideia é ganhar tempo e garantir, ao menos, mais 15 dias com o formato atual em vigência.

Desconfiança

A Secretaria de Saúde suspeita que as listas de profissionais de saúde enviadas por conselhos para vacinação estejam infladas. Segundo fontes da pasta, o número não para de crescer, e algumas entidades estariam ligando para convencer profissionais fora da ativa a renovarem o vínculo com elas. A suspeita deve ser encaminhada em breve para o Ministério Público.

Colaborou Samara Schwingel



À QUEIMA-ROUPA

Marcelo Portella, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepó-DF)

Hoje, a preocupação maior é em relação à saúde da corporação. O que pode ser feito pelo sindicato?

Tivemos na quinta assembleia geral extraordinária do Sindepó, e a pauta principal foi a questão da vacinação destinada à corporação, inclusive com indicativo de paralisação de atividades destinadas às fiscalizações de medidas restritivas de enfrentamento à pandemia. Existe um sentimento natural de descontentamento com o ritmo de aplicação das imunizações, impulsionado pelo alto índice de contaminação nas unidades, inclusive com vários óbitos registrados. Eu mesmo fui acometido pelo vírus, durante o trabalho na delegacia, e posteriormente transmiti para a minha mulher e meu filho. Porém, a categoria, por unanimidade, decidiu pela continuidade integral dos serviços oferecidos. Ressalto que os delegados de polícia e toda a PCDF não paralisaram suas atividades em nenhum momento, ficando muito mais expostos aos efeitos da pandemia.

Como tem sido a conversa com o GDF sobre isso?

O trabalho será no sentido de tentar sensibilizar o GDF acerca da necessidade de, efetivamente, priorizar a vacinação dos servidores da segurança pública, em especial da PCDF, indicando, inclusive, bons exemplos já adotados por outros estados da federação que estabeleceram critérios onde toda a dedicação e o sacrifício dos policiais têm sido reconhecidos.

Quais serão as prioridades da gestão do senhor?

A prioridade em nossa gestão é conquistar o respeito da sociedade e o reconhecimento dos tomadores de decisão acerca da imensa importância da polícia judiciária para a paz social e o

Ed Alves/CB/D.A Press



desenvolvimento de nossa nação. Existe muito discurso vazio onde se fala em inoperância das forças de segurança, porém devemos ressaltar que na PCDF chegamos a incríveis 90% de resoluções dos crimes de homicídio, índice somente alcançado em pouquíssimas polícias de primeiro mundo. Nenhum crime de repercussão fica sem resposta. Existem pesquisas disponíveis que apontam a PCDF como uma das instituições com maior credibilidade dentro do Distrito Federal. Isso tudo é fruto de muito trabalho e profissionalismo dos delegados de polícia que dirigem a instituição.

Em relação à valorização da PCDF e a recomposições salariais, isso continua na pauta? Haverá cobrança para que, quando possível, o governo ofereça reajuste?

Sabemos das imensas dificuldades impostas pela pandemia, porém talvez não haja no DF qualquer corporação mais prejudicada pela ausência de recomposição salarial do que a PCDF. Sempre fomos paradigma para o Brasil na questão de estrutura e excelência nas investigações, mas o salário do delegado de polícia da PCDF está hoje mais baixo do que o praticado em cerca de 15 estados da federação, e essa situação não é aceitável. O DF é sede das Embaixadas, Congresso Nacional, de todos os Tribunais Superiores e do imenso Poder Executivo federal. Não podemos baixar a guarda contra o avanço do crime organizado que nunca conseguiu se estabelecer na capital em decorrência dos trabalhos da PCDF desenvolvidos em investigações complexas. A luta pela paridade com a Polícia Federal é questão de honra e justiça para toda a categoria.

Acompanhe a cobertura da política local com @alexandrepaulas

>> entrevista JÚLIA LUCY, deputada distrital (Novo)

Para a parlamentar, o transporte público é foco da infecção, e as medidas de restrições no DF não foram eficazes no combate à pandemia

“O que foi feito aqui não é lockdown”

» LARISSA PASSOS

Em entrevista ao programa *CB.Poder* — parceria do *Correio Braziliense* com a *TV Brasília* — a deputada distrital Júlia Lucy (Novo) criticou as medidas restritivas adotadas pelo Governo do Distrito Federal. “O realista é estabelecer protocolos que possam ser cumpridos”, disse. A parlamentar ressaltou ao jornalista Alexandre de Paula, ontem, que o lockdown, para ser efetivo, precisa ter planejamento para a população se organizar. Segundo ela, o grande foco de infecção do novo coronavírus é o transporte público.

A senhora tem se colocado como uma crítica do lockdown nos moldes que tem acontecido no DF. O que você acha que deveria ser feito?

São vários os problemas. Primeiro, para que qualquer lockdown pretenda ter algum sucesso é necessário dar um tempo para a população se adaptar. Quando você decreta medida de isolamento e exige que a população cumpra no dia seguinte, é a mesma coisa que você dizer: “não me respeite”. A gente fala de empresários, por exemplo, que fazem compras de gêneros perecíveis para vender no dia seguinte e são surpreendidos de que aqueles gêneros não poderão ser comercializados. Toda uma programação é quebrada. Eu quero dizer o seguinte: o que foi feito

aqui não é lockdown. Pra mim, é impossível você falar para uma pessoa ficar em casa se essa pessoa está passando fome. Não existe. Eu não respeitaria isso. Não funciona, e as pessoas continuaram trabalhando na clandestinidade. Eu acho melhor tratar com a realidade das coisas, não com um mundo que a gente sonha.

A discussão sobre o lockdown no Brasil ficou muito binária. Você acha possível buscar uma alternativa?

Com certeza. Se a gente analisar Minas Gerais, que é governado pelo Romeu Zema (Novo), o estado decidiu, agora, estabelecer a onda roxa, que é o fechamento para todos os municípios mineiros. A diferença é que em Minas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



É impossível você falar para uma pessoa ficar em casa se essa pessoa está passando fome. Não existe. Eu não respeitaria isso”

Gerais tivemos, desde o início da pandemia, um estudo muito técnico. Então, as pessoas foram comunicadas, foram acompanhando a gestão da crise no estado. Portanto, em Minas Gerais, eles conseguiram aumentar o isolamento social, tiveram resultados positivos. Aqui, no Distrito Fede-

ral, não foi isso que aconteceu, nós saímos de uma taxa de isolamento de 32% para 35%. É óbvio que não ia dar certo, é claro que não traria uma repercussão.

Especialistas dizem que é preciso pensar na questão social e dar alternativas tanto para

empresários quanto para trabalhadores, como oferecer um auxílio. Como fazer isso?

A melhor alternativa, neste momento, é considerar o fato de que as pessoas vão trabalhar. Não tem jeito da pessoa passar um ano dentro de casa. Isso é impossível para um adulto, para uma criança e até mesmo para um idoso. Eu mesma estou na rua, observei esse movimento de trabalho clandestino. O realista é estabelecer protocolos que possam ser cumpridos. É melhor a gente buscar alternativas para implementar para fazer com que o trabalho possa continuar sendo executado. Neste momento, aqui no DF, o grande foco de contaminação (covid-19) se chama transporte público.

O que pode ser feito, na sua opinião, em relação ao transporte público?

Neste momento, por exemplo, eu defendo a possibilidade de vans escolares atuarem como complementares ao transporte público tradicional. Sempre quando eu proponho isso, os colegas que são contra argumentam que a gente vai abrir brecha para uma situação de bagunça

no transporte de clandestinidade. Mas, sinceramente, eu acho que no momento é prioridade salvar vidas e salvar emprego. Depois a gente vê se vai virar clandestino ou não, se as vans vão voltar com força ou não. Em primeiro lugar, a gente tem que ampliar a oferta de transporte público coletivo, colocar mais carros à disposição do povo.

Como a senhora avalia a vacinação?

Eu acho que, obviamente, o governo federal perdeu muito tempo. O governo federal devia ter se antecipado. Defendo o direito da iniciativa privada adquirir as vacinas, porque quanto mais instituições e órgãos comprando a vacina, mais rapidamente a gente vai conseguir imunizar a população. A iniciativa privada, entrando conforme essa última lei aprovada agora, adquirindo as vacinas e doando metade das doses para o SUS, é um adiantamento. Claro que a vacina não vai ser a resposta milagrosa como muitas pessoas acreditaram que iria ser, mesmo porque estamos diante de um vírus que muda rápido seu DNA, nós já temos várias cepas.